



São Paulo, 07 de junho de 2023.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Circular 3964/19 e Carta-Circular 3981/19, encaminhamos as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("Conglomerado"), que compreendem o relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As Demonstrações Financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 07 de junho de 2023 e podem ser acessadas por meio do link: https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras

Atenciosamente.

PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

DocuSigned by:

Artur Gaulle Schunck

Artur Gaulke Schunck Diretor Vice-presidente - DocuSigned by:

Wilson Gomes de Lima

Wilson Gomes de Lima

Contador - CRC: 1SP212238/O-0





Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente





Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Relatório da Administração sobre as demonstrações financeiras	
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	13
Demonstração dos resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração do fluxo de caixa	16
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Resolução nº 168, de 10 de dezembro de 2021, do Banco Central do Brasil (BCB), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota 2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações financeiras, que foram elaboradas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais para fins gerais

O PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre o qual emitimos relatório de auditoria em 28 de março de 2023, com ressalva quanto à classificação do registro do investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I até 31 de dezembro de 2021 em desacordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF para os períodos comparativos. Em decorrência da consolidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I para fins da apresentação das demonstrações financeiras do Consolidado Prudencial da PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. a referida ressalva não é aplicável.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução n° 4.950, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de junho de 2023

Price Wallshouse Coopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6





Relatório da Administração

Em atendimento à Circular nº 3.833/2017 e à Resolução CMN nº 4950/2021, ambas emitidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("Conglomerado"), tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Conglomerado é composto por duas instituições de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pagos, por uma instituição financeira, que possui as carteiras comerciais e de investimentos, um FIDC e uma securitizadora, os quais possuem autorização para atuar como instituição de pagamento e como instituição financeira concedidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em decorrência da obtenção dessas autorizações, o Conglomerado passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento e instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conglomerado obteve R\$347 bilhões de valor financeiro transacionado e atingiu 7.0 milhões de clientes ativos (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses), representando um aumento de R\$104 bilhões em relação ao valor financeiro transacionado de R\$243 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

O Conglomerado obteve lucro líquido de R\$1.434 milhões, um acréscimo de R\$251 milhões comparado ao montante de R\$1.184 milhões em 31 de dezembro de 2021, destacando a receita de prestação de serviços que totalizou o valor de R\$15.975 milhões (R\$10.418 milhões em 31 de dezembro de 2021) substancialmente representada pela receita de intermediação financeira e receita com pré-pagamento, com isso as despesas tributárias aumentaram em R\$567 milhões de R\$809 milhões em 31 de dezembro de 2021 contra R\$1.375 milhões no mesmo período de 2022. Além disso vale destacar as despesas abaixo:

- (i) As despesas operacionais totalizaram R\$8.047 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$2.577 milhões comparado ao valor de R\$5.470 milhões no mesmo período de 2021, principalmente relacionado ao aumento no custo de transação de R\$1.493 milhões relacionados ao acréscimo de TPV e aumento nas antecipações de recebíveis de R\$733 milhões.
- (ii) As despesas administrativas totalizaram R\$2.677 milhões em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$469 milhões comparado ao valor de R\$2.208 em 31 de dezembro de 2021, principalmente relacionado às despesas com depreciação, em virtude do incremento de CAPEX, sobretudo de POS.





Em 31 de dezembro de 2022, os ativos do Conglomerado totalizaram R\$46.040 milhões (R\$30.885 milhões em 31 de dezembro de 2021). O principal ativo do Conglomerado refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente principalmente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$35.060 milhões (R\$22.032 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido totalizou R\$10.731 milhões e apresentou crescimento de R\$1.050 milhões comparado a R\$9.680 milhões em 31 de dezembro de 2021, estando basicamente ligado a aumento de capital, ao lucro do exercício e dos dividendos distribuídos no período.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do Conglomerado em ser disruptivo no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$1.003 milhões em intangíveis (R\$784 milhões em 31 de dezembro de 2021), composto basicamente por desenvolvimento de softwares e R\$1.095 milhões em imobilizado (R\$971 milhões em 31 de dezembro de 2021), referentes principalmente a POS.

O resultado apresentado pelo Conglomerado deve-se especialmente ao representativo número de clientes ativos e volume total transacionado, em linha com a estratégia do Conglomerado de penetração no mercado de clientes desbancarizados agregando assim ao ecossistema de produtos e serviços.

São Paulo, 07 de junho de 2023.





Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		
Circulante Caixa e equivalentes de caixa	4	1.225.727	955.892		
·					
Instrumentos financeiros	_	461.000	851.280		
Carteira própria	5	461.000	851.280		
Relações interfinanceiras		34.937.991	22.032.430		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	34.937.991	22.032.430		
Operações de crédito		811.568	701.452		
Operações de Crédito	7	811.568	701.452		
Outros créditos	8	802.067	720.742		
Diversos	O	763.842	672.557		
Rendas a receber		38.225	48.185		
		22.22	440.547		
Outros valores e bens		90.995	113.547		
Despesas antecipadas		90.995	113.547		
Total do ativo circulante		38.329.348	25.375.343		
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros		1.527.572	378.105		
Carteira própria	5	1.527.572	378.105		
Relações interfinanceiras		122.214	-		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	122.214	-		
Operações de crédito		261.812	215.538		
Operações de Crédito	7	261.812	215.538		
Outros créditos		1.351.363	1.159.215		
Diversos	8	1.351.363	1.159.215		
Outros valores e bens		12.085	10.855		
Despesas antecipadas		12.085	10.855		
Permanente					
Investimentos	9	47.911	47.635		
No país		47.911	47.635		
Imobilizado em uso	10	2.431.714	2.217.468		
Imobilizações de uso		3.621.884	2.927.085		
(Depreciações acumuladas)		(1.190.170)	(709.617)		
Intangível	11	1.955.650	1.480.669		
Ativos intangíveis		3.282.638	2.353.023		
(Amortizações acumuladas)		(1.326.988)	(872.353)		
Total do ativo não circulante		7.710.321	5.509.485		
Total do ativo		46.039.669	30.884.828		





Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante Depósitos	12	19.585.413	7.936.025
Depósitos a prazo		17.911.946	6.981.610
Outros depósitos		1.213.460	549.417
Depósitos interfinanceiros		460.007	404.998
Derivativos	12	22.289	_
Operações de Swap		22.289	-
Outras obrigações		10.922.631	8.407.390
Valores a repassar a estabelecimentos	13	9.751.572	7.300.245
Diversas	13	1.013.957	958.784
Fiscais e previdenciárias	16	157.102	148.361
Empréstimos			1.005.787
Empréstimo no exterior	14	-	1.005.787
Resultados de exercícios futuros			
Resultados de Exercícios Futuros	2.14	125.587	162.566
Total resultados de exercícios futuros		125.587	162.566
Total do passivo circulante		30.655.920	17.511.768
Passivo exigível a longo prazo			
Depósitos	12	1.990.214	1.640.991
Depósitos a prazo		349.069	1.640.991
Letras financeiras		1.641.145	-
Outras obrigações	13	2.645.728	2.036.043
Fiscais e previdenciárias		2.074.326	1.655.743
Diversas		571.402	380.300
Resultados de exercícios futuros			
Resultados de exercícios futuros		17.207	15.624
Total resultados de exercícios futuros	2.14	17.207	15.624
Patrimônio líquido			
Capital Social			
Capital domiciliados no país	19	4.676.968	4.676.969
Reservas de lucros	19	4.616.060	3.858.480
Ajustes de avaliação patrimonial	19	(93)	(4)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		9.292.935	8.535.445
Participação de não controladores		1.437.665	1.144.957
Total do patrimônio líquido		10.730.600	9.680.402
Total de positive e matrim Sete Visual de		10 000 000	00.004.000
Total do passivo e patrimônio líquido		46.039.669	30.884.828





Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre		Exercícios			
	Nota explicativa	2022	2022	2021		
Receitas de intermediação financeira	20	356.346	686.246	389.729		
Rendas de operações de crédito		239.829	481.861	316.458		
Resultado de operações com instrumentos financeiros		116.517	204.385	73.271		
Despesas de intermediação financeira		(1.437.454)	(2.400.409)	(279.002)		
Operações de captação no mercado	12	(1.127.929)	(1.692.316)	(264.933)		
Operações de empréstimos e repasses		(78.016)	(155.801)	(6.377)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 e 8	(231.509)	(552.292)	(7.692)		
Resultado bruto da intermediação financeira		(1.081.108)	(1.714.163)	110.727		
Outras receitas/despesas operacionais		1.985.518	3.532.382	1.557.258		
Receitas de prestação de serviços	21	8.288.424	15.975.136	10.417.576		
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	(2.713)	(7.537)	53.303		
Outras receitas operacionais		Ì3.13Ó	45.36 4	60.434		
Despesas administrativas	22	(1.444.079)	(2.677.203)	(2.208.322)		
Despesas operacionais	23	(3.947.219)	(8.046.594)	(5.469.943)		
Despesas tributárias	24	(739.493)	(1.375.475)	(808.692)		
Despesas de pessoal	25	(182.532)	` (381.309)́	(487.099)		
Resultado operacional		904.410	1.818.219	1.667.985		
Receitas (despesas) não operacionais		(1.472)	(1.879)	61.548		
Resultado antes da tributação sobre o lucro e						
participações		902.938	1.816.340	1.729.534		
Imposto de renda e contribuição social		(89.091)	(200.098)	(321.660)		
Provisão para Imposto de renda	17	(20.452)	(30.634)	(60.878)		
Provisão para contribuição social	17	(6.155)	(13.706)	(35.927)		
Ativo fiscal diferido	17	(62.484)	(155.758)	(224.855)		
Participações no lucro	2.18	(68.819)	(182.038)	(224.206)		
Lucro líquido do semestre/exercício		745.028	1.434.204	1.183.668		
Participação do controlador		396.547	1.050.121	1.110.176		
Participação dos não controladores		348.481	384.083	73.490		
Quantidade de ações		1.662.133.845	1.662.133.845	1.662.133.845		
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,4482	0,8629	0,7121		





Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	2o semestre de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do semestre/exercício	745.027	1.434.204	1.183.668
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	=	117
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda	16.982	(135)	(384)
Imposto de renda diferido	(5.774)	46	131
Resultado abrangente do semestre/exercício	756.235	1.434.115	1.183.532
Resultado do controlador	407.842	1.050.121	1.109.939
Resultado do não controlador	348.481	384.083	73.593





Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

		Reservas de lucros							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de minoritários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.230.993	63.416	3.113.727		625	8.408.76	449.494	8.858.255
Reestruturação societária - cisão de investimento Lucro líquido do exercício		(554.025)	(1.736)	(39.070)	1.110.176	- -	(594.831) 1.110.176	- 73.490	(594.831) 1.183.666
Constituição de reserva legal Ajustes de avaliação patrimonial		-	55.509	-	(55.509)	(629)	(629)	96	(533)
Distribuição de dividendos Venda participação de minoritária			-	- -	(388.032)	(020) - -	(388.032)	(308) 632.295	(388.340) 632.295
Resgate cotas de minoritária Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	666.635	(666.635)	-	-	(10.110) -	(10.110) -
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.676.968	117.189	3.741.292	-	(4)	8.535.445	1.144.957	9.680.402
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	1.050.121		1.050.121	384.083	1.434.204
Aumento de capital	19	-	52.507	-	- (F0 F07)	-	-	200.000	200.000
Constituição de reserva legal Ajustes de avaliação patrimonial	19 19	-	52.507		(52.507)	(89)	(89)	(17)	(106)
Distribuição de dividendos	19	-	-	_	(292.542)	(03)	(292.542)	(17)	(292.542)
Juros sobre capital próprio pagos	19	-	-	-	-		-	(16.094)	(16.094)
Resgate cotas de minoritária	19	-	-	-	, a	-	-	(275.264)	(275.264)
Constituição de reserva de retenção de lucro	19	-	-	705.072	(705.072)	-	-	-	(-)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.676.968	169.696	4.446.364	<u> </u>	(93)	9.292.935	1.437.665	10.730.600
Saldos em 30 de junho de 2022		4.676.968	149.866	4.116.205		(11.301)	8.931.738	1.056.625	9.988.363
Lucro líquido do exercício Aumento de capital		-	- -	- -	396.547		396.547	348.481 200.000	745.028 200.000
Constituição de reserva legal		-	19.830	_	(19.830)		_	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	47	11.208	11.208	102	11.310
Distribuição de dividendos		-	-	-	(46.558)	-	(46.558)	-	(46.558)
Resgate cotas de minoritária		-	-	-		=	-	(167.543)	(167.543)
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	330.159	(330.159)	-	-	7	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.676.968	169.696	4.446.364	-	(93)	9.292.935	1.437.665	10.730.600





Demonstração do fluxo de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º semestre de 2022	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		902.937	1.816.339	1.729.534
Participação nos resultados		(68.819)	(182.038)	(224.206)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado		834.118	1.634.301	1.505.328
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:		004.110	1.004.001	1.505.526
Depreciação e amortização	22	583.208	1.115.605	781.171
Baixas de imobilizado/intangível sem ganho/perda	10 e 11	152.518	257.960	36.495
Equivalência patrimonial	9	2.714	7.538	(53.303)
Títulos incobráveis (chargeback)	23 18	192.521	355.726	377.104
Acréscimo (reversão) provisão para contingências		(4.454)	(2.723)	20.152
Acréscimo (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 e 8	231.509	552.292	7.692
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida		145.610	625.933	220.505
Variação de ativos e passivos operacionais				
Relações Interfinanceiras		(7.530.681)	(17.458.266)	(8.008.898)
Operações de crédito		(187.052)	(156.390)	(666.131)
Outros Créditos		(39.243)	` 54.240	(541.488)
Títulos e valores mobiliários		(519.633)	(554.803)	152.205
Outros valores e bens		93.030	21.323	(40.924)
Depósitos		5.855.417	12.051.857	3.986.267
Diversas		1.945.526	2.700.914	2.308.463
Resultado de exercício futuro		(13.313)	(35.395)	(31.422)
Nesultado de exercicio futuro		(13.313)	(55.595)	(31.422)
Caixa gerado proveniente das atividades operacionais		1.741.795	1.170.112	51.916
Imposto de renda e contribuição social pagos		11.568	(68.116)	(39.841)
Juros recebidos		1.122.935	2.686.090	1.038.322
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.876.298	3.788.086	1.050.408
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Valor pago nas aquisições		_	_	(43.896)
Aquisições de imobilizado	10	(315.432)	(1.095.745)	(971.309)
Aquisições de infobilizado Aquisições de intangível	11	(534.534)	(1.003.022)	(783.664)
Aporte de capital em investidas	9	(15.509)	(15.509)	(4.000)
	9	(13.309)	(13.309)	` ,
Cisão de ágio	40	(407.540)	(075.004)	(28.898)
Resgate de cotas FIDC	19	(167.543)	(275.264)	(10.110)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(1.033.018)	(2.389.540)	(1.841.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos	14	-	250.000	1.007.313
Pagamento de juros sobre empréstimos	14	(49.916)	(56.931)	-
Pagamento de principal sobre empréstimos	14	(1.213.144)	(1.213.144)	-
Aporte de capital	19	200.000	200,000	_
Recebimento de dividendos	19	200.000	(16.093)	381
Pagamento de dividendos	19	(46.558)	(292.543)	(388.340)
ragamento de dividendos	19	(40.556)	(292.343)	(300.340)
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(1.109.618)	(1.128.711)	619.354
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		733.661	269.835	(172.116)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	4	492.065	955.892	1.128.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	4	1.225.726	1.225.727	955.892
Odina o oquivalentes de odina no ilital do exercicio/sentestre	7	1.223.120	1.229.121	333.032
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		733.661	269.835	(172.116)





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado") abrangem o PagSeguro Internet S.A. Instituição de Pagamento ("PagSeguro") como instituição líder, as suas controladas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - PagSeguro ("FIDC"), Biva Securitizadora de Créditos S.A ("Biva") e Wirecard Brazil S.A Instituição de Pagamento ("MOIP"), além do BancoSeguro S.A ("BancoSeguro") como minoritário, já que não é uma controlada direta do PagSeguro. As instituições consolidadas nesse Conglomerado estão conforme requerido na Resolução 4.950, de 30 de setembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), Resolução 168, de 10 de dezembro de 2021, do Banco Central do Brasil (BCB), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial.

O Pagseguro, subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

O PagSeguro possui autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, o BancoSeguro possui autorização para atuar como instituição financeira para as carteiras comercial e investimento e a MOIP possui autorização para atuar como instituição de pagamento, ambas as instituições obtiveram as aprovações concedidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência dessas obtenções, o Conglomerado adota procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento e financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 27 de dezembro de 2021 o PagSeguro transferiu 15% de suas quotas subordinadas para o PagSeguro Digital. Portanto, em 31 de dezembro de 2022, 100% das cotas subordinadas do FIDC são detidas pelo Grupo PagSeguro, sendo 85% pelo PagSeguro Internet e 15% pelo PagSeguro Digital. Em outubro de 2022, foram emitidas 100.000 novas cotas seniores do FIDC com valor nominal de R\$ 1.000 cada, totalizando R\$ 100 milhões compradas por investidores terceiros.

Em 16 de agosto de 2021 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a cisão parcial de algumas empresas subsidiárias do PagSeguro, são elas Net+Phone Telecomunicações Ltda. ("Net+Phone"), Boa Compra Tecnologia Ltda. ("Boa Compra"), BCPS Online Services LDA. ("BCPS"), R2TECH Informática S.A. ("R2TECH"), BIVACO Holding S.A. ("BIVA"), Tilix Digital S.A. ("TILIX"), YAMÍ Software & Inovação Ltda. ("YAMÍ"), CDS Correspondente Bancário LTDA. ("CDS"), Zygo Serviços de Tecnologia S.A. ("ZYGO").





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais -- Continuação

Após reestruturação ocorrida no exercício de 2021 o PagSeguro tem como subsidiárias, além das empresas consolidadas nessa demonstração financeira, as empresas: RegistraSeguro S.A. ("RegistraSeguro") e Concil Inteligência em Conciliação S.A. ("Concil").

Contexto operacional das controladas:

- RegistraSeguro: constituída em 2 de outubro de 2019, com capital social de R\$ 5 milhões, tem como objetivo principal fornecer serviços financeiros e o desenvolvimento de softwares relacionados ao mercado financeiro.
- Concil: Em 12 de agosto de 2021, o PagSeguro adquiriu 100% do capital social da Concil. A
 empresa tem por objeto social a prestação de serviços profissionais de processamento de dados,
 provedores de serviços de aplicativos, serviços de hospedagem de internet, suporte técnico,
 manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, licenciamento e cessão de direito de
 uso de informática.
- Biva Sec: O principal objetivo da empresa é adquirir e securitizar as soluções de crédito do PagSeguro, como empréstimos e cartão de crédito.
- MOIP: Em 31 de outubro de 2020, o Pagseguro adquiriu 100% das ações emitidas da MOIP. A empresa fornece plataforma de pagamento online e processamento de pagamentos ponta a ponta para o comercio eletrônico. Além disso, a MOIP possui licença concedida pelo BACEN para atuar como instituição de pagamento.
- BancoSeguro: É uma instituição financeira na forma de uma sociedade por ações de capital fechado, tem por objetico social a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de investimento).

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado foram elaboradas com o propósito específico para atender às determinações da Resolução nº 4.950, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "Banco Central"), inclusive a Resolução nº 168 de 10 de dezembro de 2021 do BACEN. Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.950, que não são os mesmos estabelecidos pela legislação societária, pelo próprio CMN, pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na elaboração de demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos:

CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa:

CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas;

CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

CPC 24 - Evento Subsequente;

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

CPC 28 - Propriedade para Investimento;

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados;

CPC 41 - Resultado por ação;

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo;

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Também em atendimento a BCB nº 2/2020, a administração avaliou a classificação dos ágios decorrentes de expectativa de rentabilidade futura para os investimentos consolidados no Conglomerado Prudencial e concluiu que estes devem ser classificados como intangível, ao invés de Investimento. Por esse motivo, a administração está adequando a classificação destes saldos de 31 de dezembro de 2021 nas presentes demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria do Conglomerado em reunião realizada em 07 de junho de 2023.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

2.2. Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação é o Real.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O Conglomerado classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. O Conglomerado classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme resolução nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

iii. Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Em 31 de dezembro de 2022, o Conglomerado possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (i) e (iii). Não houve reclassificações entre categorias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado praticados para os mesmos instrumentos financeiros adquiridos pelo Conglomerado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

2.5. Relações interfinanceiras

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações por meio da plataforma do Conglomerado. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo realizável a longo prazo.

Com base na avaliação de risco, o Conglomerado estabelece uma redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco, e boas avaliações das principais agências de *rating*. O Conglomerado realizou essa avaliação de risco, conforme descrito na nota 26. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

O Conglomerado incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesas operacionais na demonstração do resultado.

2.6. Investimentos

A participação em controladas, não consolidadas no contexto do Conglomerado Prudencial, é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, como demonstrado na nota 9.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

2.7. Imobilizado em uso

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamento de processamento de dados

Móveis, utensílios e Benfeitoria em imóveis de terceiros

Máquinas e equipamentos

2,5 a 5 anos
10 anos
5 a 10 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de assessoria que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Conglomerado, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o Conglomerado deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

2.10. Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas não consolidadas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado na nota 9, já o ágio proveniente de empresas consolidadas é classificado na rubrica de intangível nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado na nota 11.

2.11. Obrigações com terceiros e Depósitos

As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O Conglomerado reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor de obrigações com terceiros registrado como depósitos se refere ao valor disponível para retirada do cliente, enquanto o montante registrado como outras obrigações correspondem aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões.

2.12. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado consolidado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados.

2.13. Provisões

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Conglomerado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Conglomerado. As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais;
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (*merchants*). A receita é reconhecida quando é efetuado o pagamento para os *merchants* de forma antecipada referente aos recebíveis de origem de vendas parceladas. Esta receita é registrada na rubrica de receita de prestação de serviços na demonstração do resultado; e
- Receita de adesão: Taxa não reembolsável para adesão de clientes ao ecossistema de serviços providos pelo PagSeguro. A receita de adesão é diferida ao longo do tempo baseado nas métricas internas dos clientes do portfólio do PagSeguro. O saldo registrado no balanço patrimonial na rubrica de resultados de exercícios futuros é composto por esta receita diferida.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

2.16. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP)

O PILP Metas foi estabelecido pelo PagSeguro Brasil em 18 de dezembro de 2018, conforme aprovado por nosso conselho de administração, e ratificado em 7 de agosto de 2019, 21 de fevereiro de 2020 e 19 de janeiro de 2021. Os beneficiários do PILP Metas são selecionados pelo Comitê de Metas, composto por nosso Presidente do Conselho de Administração e dois diretores do UOL. Os beneficiários dos Objetivos recebem prêmios, que podem ser pagos em dinheiro, ações ordinárias Classe A ou uma combinação das duas, a critério do Comitê, com base nas metas estabelecidas em nosso plano de participação nos resultados corporativos para o ano. Se qualquer parte de um prêmio for pagável em ações ordinárias Classe A o Comitê de Metas estabelecerá uma data de apuração que cairá até o último dia útil do mês de março seguinte ao ano em que tal valor foi concedido. No plano PILP Metas, o respectivo pagamento deverá ser feito e/ou as ações ordinárias classe A entregues em até 10 dias úteis a partir dessa data de apuração.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Antes da criação do PILP Metas, membros da administração participavam do PILP, que foi instituído pelo UOL para as empresas do grupo em 29 de julho de 2015 e adotado pela PagSeguro Digital Ltda. Os beneficiários do PILP foram selecionados pelo Comitê do UOL, que é composto pelo presidente da Companhia e dois diretores do UOL. Aos beneficiários do PILP foram concedidos direitos na forma de valores nocionais em dinheiro sem contraprestação em dinheiro. Nesse plano, os funcionários (incluindo executivos seniores) das empresas do grupo UOL recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços como contraprestação por instrumentos patrimoniais (operações liquidadas com ações). O custo das transações liquidadas com ações é determinado pelo valor justo valor na data da concessão. Esses direitos são adquiridos em cinco parcelas anuais iguais a partir de um ano após a data de concessão do beneficiário.

Nas demonstrações financeiras do PagSeguro são registrados saldos de partes relacionadas a pagar junto ao PagSeguro Digital e despesas com pessoal relacionadas ao PILP e PILP-Metas.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o Conglomerado opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O Conglomerado avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 21% para o BancoSeguro e 9% para demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e
 prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja
 disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo
 relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo
 ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento
 da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e
- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social (apenas para o BancoSeguro aplicamos a taxa de 21% para contribuição social) são usadas para calcular impostos diferidos.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.18. Benefícios a empregados

O Conglomerado reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais do Conglomerado.

A definição dos montantes pagos é aprovada em comitê específico e seu pagamento está vinculado ao atingimento de metas definidas pela administração.

2.19. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

2.20. Operações de crédito

O Conglomerado concede crédito por meio de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas. As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de riscos, observando: (i) os requerimentos estabelecidos na resolução CMN nº 2682/99 que requer a classificação de nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e a provisão estimada para perdas distribuída entre faixas de rating; (ii) a avaliação da administração quanto ao nível de risco e a provisão incremental em relação ao valor estipulado pela resolução supracitada, caso no julgamento da Administração o risco de default seja mais elevado.

Empresas do mesmo grupo econômico que está inserido o Conglomerado possuem recebíveis de crédito e o BancoSeguro assume as posições sem qualquer coobrigação. A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de certas premissas, tais como:

Prazo: o Conglomerado considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto
ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento
determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de
crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida
esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

 Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Conglomerado utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

Baseado nas premissas supracitadas, principalmente relacionado aos estágios de risco de perda (1, 2 e 3), a rolagem e/ou renegociação dos créditos, os saldos devedores pelos clientes são classificados em ratings e a provisão estimada para perdas é distribuída entre faixas de rating, tendo como provisão mínima os percentuais estipulados pela resolução 2682/99 do BACEN, podendo haver uma provisão incremental em relação ao valor estipulado pela resolução supracitada caso no julgamento da Administração o risco de default seja mais elevado.

Já no que se refere aos créditos de recebíveis cedidos sem qualquer coobrigação, são classificados na rubrica específica no ativo "Diversos" o risco de crédito destes recebíveis está com os bancos emissores classificados com rating AAA+, dessa forma a expectativa de perda para esses recebíveis é praticamente nula.

2.21. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- I Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, a Instituição não teve operações não recorrentes.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.22. Normas emitidas e ainda não adotadas

a) Resolução N° 219/2022

A Resolução BCB nº 219 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 - Financial Instruments, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b) <u>Plano para implementação da regulamentação contábil aplicável a instrumentos</u> financeiros

A Resolução BCB 219/2022 estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1° de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/22 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei nº 14.467/22 quanto a Resolução BCB 219/2022 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução BCB 219/2022, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Companhia.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

definição e acompanhamento da implementação; mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas demonstrações financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do BACEN.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As instituições devem, até 31 de dezembro de 2022, elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nesta Resolução.

Por se tratar de tema complexo, o qual exige conhecimentos específicos, a MOIP contratou a empresa de consultoria especializada no tema, para diagnosticar os principais impactos deste novo normativo e direcionar as ações de implantação que deverão ser contempladas pela administração para adequação dos processos.

O Plano foi desenvolvido e aprovado em tempo hábil, respeitando-se o prazo de 31.12.2022 e ficando à disposição do Regulador.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Contingências

O Conglomerado reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) Impairment de ativos

O julgamento da administração deve ser exercido especialmente na previsão dos fluxos de caixa da UGC, cálculo do custo médio ponderado de capital ("WACC"), estimativa de inflação e taxa de crescimento de longo prazo com base no produto interno bruto estimado usado no cálculo do valor em uso do UGC.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para as contas a receber de emissores de cartões, o Conglomerado utiliza uma matriz de provisionamento para o cálculo da estimativa de perda esperada. As taxas de provisão são baseadas na classificação de crédito interna que considera informações externas, tais como classificações dadas pelas principais agências de classificação e fatores prospectivos específicos para os devedores e o ambiente econômico.

Para empréstimos e cartões de crédito a receber de nossos clientes, as taxas de provisão são baseadas nos dias de atraso e na classificação de crédito interna (ou seja, a capacidade e o histórico de pagamentos vinculados ao Cliente). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Conglomerado. O Conglomerado reavalia periodicamente as premissas para ajustar a experiência histórica de perdas de crédito com informações prospectivas a cada ano. Portanto, se algum fator externo, na medida em que uma queda representativa nas projeções dos indicadores econômicos e um cenário econômico instável indique um aumento no número de inadimplências, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data de relatório, as taxas de inadimplência observadas históricas são atualizadas e as mudanças nas estimativas futuras são analisadas e ajustadas.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros (a)	288.485	377.198
Depósitos bancários	711.392	456.579
Aplicações no mercado aberto (b)	211.427	107.424
Depósito no exterior em moedas estrangeiras	11.700	11.991
Banco Central - outras reservas livres	2.723	2.617
Fundo de investimentos	<u> </u>	83
	1.225.727	955.892

⁽a) Os valores estão aplicados em CDI junto ao Banco Itaú (com uma taxa média de retorno de 99% sobre o CDI) e tem vencimento de um dia útil, ou seja, o valor aplicado é sempre devolvido automaticamente no dia seguinte da operação, sendo dessa forma tratado como caixa e equivalente de caixa.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior. O valor de remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$49.055 (R\$18.446 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

5. Instrumentos financeiros

_	31 de dezembro de 2022						
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado		
Títulos para negociação							
Fundos de investimento em renda fixa	161	381.026	381.187	-	381.187		
Letras financeira do tesouro (a)	188.530	-	188.530	-	188.530		
Títulos disponíveis para venda							
Letras financeira do tesouro (a)	272.309	1.041.997	1.314.307	(34)	1.314.273		
Letras financeira de renda fixa	-	104.583	104.583	=	104.582		
	461.000	1.527.606	1.988.606	(34)	1.988.573		

		31 de dezembro de 2021					
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado		
Títulos para negociação							
Fundos de investimento em renda fixa	7.893	27	7.920	-	7.920		
Debêntures	_	228	228	-	228		
Letras financeira do tesouro (a)	542.114	86.387	628.501	7	628.508		
Títulos disponíveis para venda							
Letras financeira do tesouro (a)	301.277	291.463	592.740	(11)	592.729		
	851.284	378.105	1.229.389	(4)	1.229.385		

⁽a) Os saldos referem-se a Letras do Tesouro Nacional ("LFTs"), com uma taxa média de retorno de 100% sobre a SELIC. Esse investimento é requerido para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil e letras financeiras de renda fixa adquiridas de instituições financeiras. O valor de remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$155.330 (R\$55.518 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

⁽b) Os saldos referem-se a aplicações em operações compromissadas com vencimentos inferiores a 3 meses.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Relações interfinanceiras

			31 de dezemb	ro de 2022					31 de dezemb	ro de 2021		
	Visa	Master	Hipercard	Elo	Amex	Total	Visa	Master	Hipercard	Elo	Amex	Total
Itaú	1.920.151	5.268.454	649.586		_	7.838.191	1.333.262	2.045.134	757.306	_	_	4.135.702
Bradesco	2.924.890	242.709	-	1.228.553	440.535	4.836.687	1.630.756	160.691	-	842.351	296.696	2.930.494
Santander	829.714	2.564.868	-	-	11.021	3.405.603	818.938	1.464.314	-	-	3.253	2.286.505
Banco do Brasil	2.008.045	359.572	-	553.321	-	2.920.938	1.384.872	77.639	-	467.305	-	1.929.816
Nubank	-	4.050.376	-	-	-	4.050.376	-	2.045.698	-	-	-	2.045.698
Banco Carrefour	142.392	973.914	-	-	-	1.116.306	121.398	744.029	-	-	-	865.427
Porto Seguro	708.008	216.926	-	-	-	924.934	550.352	141.924	-	-	-	692.276
CEF	275.909	128.340	-	186.607	-	590.856	202.545	131.559	-	69.573	-	403.677
Banco C6	-	825.958	-	-	-	825.958	-	-	-	-	-	-
Banco Sicoob	-	644.039	-	-	-	644.039	-	466.030	-	-	-	466.030
Sicredi	404.825	372.298	-	-	-	777.123	17.034	35.002	-	-	-	52.037
Banco Inter	-	550.070	-	-	-	550.070	-	70.158	-	-	-	70.158
Banco Bradescard	470.100	113.100	-	15.613	-	598.813	-	-	-	-	-	-
Midway	268.221	124.417	-	-	-	392.638	23.409	11.461	-	-	-	34.870
Banco Votorantim	-	358.072	-	-	-	358.072	-	50.519	-	-	-	50.519
Caixa Econômica	93.373	52.150	-	266.437	-	411.960	4.423	4.565	-	-	-	8.988
Banco XP	406.986		-		-	406.986	47.440	-	-	188.356	-	235.796
Realize	166.754	185.371	-	-	-	352.125	28.006	33.374	-	-	-	61.379
Banco Pan	68.683	246.112	-	10	-	314.805	15.274	51.413	-	-	-	66.687
Will Financeira		349.453	-	-	-	349.453	-	55.972	-	-	-	55.972
Banco Original	-	62.209	-	-	-	62.209	-	38.493	-	-	-	38.493
Digio	30.761	1	-	3.580	-	34.342	24.628	36	-	-	-	24.664
Pernambucanas		962	-	40,104	_	41.066		101	-	28.185	-	28.286
Cred-system	-	20,247	-	-	-	20,247	-	27.128	-	-	-	27.128
Banrisul	5.853	23.567	-	-	-	29.420	-	-	-	-	-	-
Credz	26.539		-	-	_	26.539	29.272	-	-	-	-	29.272
Mercado Pago	34.266	-	-	-	_	34.266	38.982	-	-	-	-	38.982
Outros	1.317.834	1.445.579	-	327.484	2.131	3.093.028	2.336.452	2.771.252	_	196.563	770	5.305.037
Total emissores (i)	12.103.304	19.178.764	649.586	2.621.709	453.687	35.007.050	8.607.042	10.426.492	757.306	1.792.332	300.719	21.883.891
Cielo	_	_	_	_	_	22	_	_	_	_		39.575
GetNet			_			52.597						97.247
Stone				_		32.331		_	-	_		6.865
Outros	-	-	-	-	-	536	-	-	-	-	-	4.851
Total adquirentes (ii)	-	-	-	-	-	53.156	-	-	-	-	-	143.538
i otal auquilentes (II)	<u> </u>	•	•		-	33.130			-	-		140.000
Total	12.103.303	19.178.764	649.586	2.621.709	453.687	35.060.205	8.607.042	10.426.492	757.306	1.792.332		22.032.430
			0.0.000		.00.001	23.000.200	0.00042	. 0 0 02		02.002		

- (i) Emissores: contas a receber derivados de transações que o Conglomerado atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores, decorrente de acordos de intermediação entre o Conglomerado e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex. No entanto, os recebíveis contratuais do Conglomerado são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento.
- (ii) Adquirentes: correspondente a transações de cartões que serão recebidas de adquirentes, as quais se referem a terceiros atuando como intermediador financeiro entre o Conglomerado e o banco emissor. O saldo de contas a receber inclui recebíveis transacionados nos leitores de cartão de crédito e débito.

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
A vencer em até 30 dias	13.289.562	3.402.297
A vencer em até 31 a 120 dias	13.425.854	11.552.304
A vencer em até 121 a 180 dias	4.246.084	3.635.033
A vencer em até 181 a 360 dias	3.976.491	3.442.796
Acima de 360 dias	122.214	-
	35.060.205	22.032.430





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações de crédito

As operações de créditos do Conglomerado são substancialmente atreladas a empréstimos realizados para pessoas físicas e jurídicas. Abaixo apresentamos a composição das operações e suas perdas estimadas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Setor Privado	433.029	608.058
Pessoa Física	1.175.175	571.427
Perda estimada	(534.824)	(262.495)
	1.073.380	916.990
Curto Prazo	811.568	701.452
Longo Prazo	261.812	215.538

Além disso, a Resolução 2.682/99 emitida pelo BACEN requer a divulgação por rating de risco atrelado às operações de crédito. Tal classificação esta demonstrada abaixo:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
AA	153.381	584.129
Α	861.912	202.298
В	11.763	38.976
С	16.426	50.989
D	13.249	31.043
E	14.675	34.698
F	17.852	27.836
G	18.576	25.753
Н	500.370	183.763
Perda estimada	(534.824)	(262.495)
	1.073.380	916.990

O vencimento das operações de crédito em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
A vencer Vencidos:	1.138.276	965.842
De 1 a 90 dias	27.686	58.149
De 91 a 360 dias	95.308	155.494
Acima de 360 dias	346.934	
Perda estimada	(534.824)	(262.495)
	1.073.380	916.990





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos - diversos

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Recebíveis de cartão de crédito (i)	1.112.510	726.095
Perda estimada recebíveis cartões de crédito	(451.285)	(174.046)
Recebíveis diversos	77.326	124.404
Partes relacionadas (ii)	653	7.709
Adiantamentos (iii)	30.710	36.580
Custo de carteira (iv)	32.153	-
Total circulante	802.067	720.742
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
IR e CS diferido (v)	589.504	326.679
IR e CS a recuperar	385.825	352.167
Depósitos Judiciais (vi)	364.999	343.993
PIS, COFINS, ISS, INSS e ICMS a recuperar	8.553	136.376
Recebíveis Diversos	2.482	
Total não circulante	1.351.363	1.159.215

- (i) Trata-se do saldo líquido dos recebíveis de cartões de créditos de compras à vista, parcelado estabelecimento e faturas do portador.
- (ii) Recebíveis com partes relacionadas, conforme detalhado na nota 15.
- (iii) Refere-se a adiantamentos a funcionários e a fornecedores.
- (iv) O saldo a apropriar se refere a recebível gerado a partir da aquisição de carteira crédito consignado adquirida de terceiros.
- (v) IR e CS diferido ativo, conforme detalhado na nota 17.
- (vi) O Conglomerado obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, tributos devidos referentes a ISS, PIS e COFINS. Os depósitos judiciais são compostos, conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Depósitos tributários:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	163.303	159.399
Contribuição para Seguridade Social - COFINS	172.864	158.288
Programa de Integração Social - PIS	28.090	25.722
Outros	742	584_
Total	364.999	343.993





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2022:

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio Iíquido	Prejuízo exercício	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
RegistraSeguro (i)	5.060	4.977	(23)	99,99	(23)	4.977
Concil (ii)	21.037	8.492	(7.759)	99,99	(7.759)	8.492
Não controlada						
NETPOS	-	-	-	10,00	245	1.651
					(7.537)	15.120
				,		
				Ágio gerado aqu	uisição controladas	45.755
					Amortização ágio	(12.964)
					Total	47.911

- (i) (ii) Em agosto de 2022 foi realizado aporte de capital no montante de R\$9.
- Em julho e outubro de 2022 foram realizados aportes de capital nos montantes de R\$5.500 e R\$10.000, respectivamente.

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2021:

0	0	D	5	Participação no		
Controladas	Capital	Patrimônio	Prejuízo	capital social e	Equivalência	Investimentos
diretas	social	líquido	exercício	votante (%)	patrimonial	em controladas
Daniatus Casuus	E 0E4	4.004	(0)	00.00	(0)	4.004
RegistraSeguro	5.051	4.991	(9)	99,99	(9)	4.991
Concil (i)	5.537	(691)	(2.832)	99,99	(2.832)	(691)
BCPS	-	-	-	-	515	-
Boa Compra	-	-	-	-	4.674	-
BIVA	-	-	-	-	7.374	-
Net+Phone	-	-	-	-	37.068	-
R2tech	-	-	-	-	7.736	-
Tilix	-	-	-	-	4.911	-
Yami	-	-	-	-	(183)	-
Zygo	-	-	-	-	(4.472)	-
CDS	-	-	-	-	(1.479)	-
Não controlada						
NETPOS	-	-	-	-		1.406
					53.303	5.706
				Ágio gerado aquisição	o controladas (ii)	45.755
				Amo	ortização ágio (ii)	(3.826)
					Total	47.635

Em 12 de agosto de 2021, o PagSeguro adquiriu 100% do capital social e passou a deter o controle da Concil. O preço de compra foi de R\$43.896 e o total dos ativos líquidos adquiridos a valor justo foi de R\$23.165. A contraprestação inicial paga em dinheiro foi de R\$35.000. A parcela remanescente no valor de R\$8.896 foi reconhecida em outras obrigações no passivo circulante. Ém dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte de capital na Concil no valor de R\$4.000.

Conforme descrito na nota 2.1, a administração realizou determinadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2021 para melhor apresentação de saldos comparativos.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	31 de dezembro de 2022			31 d	31 de dezembro de 2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Imobilizado em operação							
Máquinas e equipamentos	3.379.735	(1.113.756)	2.265.979	2.796.536	(653.155)	2.143.381	
Equipamentos de processamento de dados	211.760	(66.291)	145.469	104.176	(49.662)	54.514	
Benfeitorias imóveis de terceiros	17.386	(4.426)	12.960	14.990	(2.762)	12.228	
Móveis e utensílios	3.858	(1.529)	2.329	3.798	(1.158)	2.640	
Outros	9.145	(4.168)	4.977	7.585	(2.880)	4.705	
Total	3.621.884	(1.190.170)	2.431.714	2.927.085	(709.617)	2.217.468	

Movimentação do imobilizado:

	Máquinas e equipamentos (a)	Equipamentos processamento de dados	Benfeitorias imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	1.676.485	40.767	7.458	3.089	2.931	1.730.730
Custo	916.720	28.855	5.920	(184)	2.279	953.590
Adições	931.270	29.839	5.920	276	4.004	971.309
Baixas	(14.550)	(984)	-	(460)	(1.725)	(17.719)
Depreciação	(449.824)	(15.108)	(1.150)	(265)	(505)	(466.852)
Adições	(453.190)	(16.048)	(1.150)	(470)	(1.275)	(472.133)
Baixas	3.366	940	· -	205	770	5.281
Saldo contábil, líquido	2.143.381	54.514	12.228	2.640	4.705	2.217.468
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	2.796.536	104.176	14.990	3.798	7.585	2.927.085
Depreciação acumulada	(653.155)	(49.662)	(2.762)	(1.158)	(2.880)	(709.617)
Saldo contábil, líquido	2.143.381	54.514	12.228	2.640	4.705	2.217.468
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	2.143.383	54.514	12,228	2.640	4.705	2.217.470
Custo	583.198	107.584	2.396	60	1.560	694.798
Adições	981.201	109.192	2.490	99	2.763	1.095.745
Baixas (b)	(398.003)	(1.608)	(94)	(39)	(1.203)	(400.947)
Depreciação	(460.602)	(16.629)	(1.664)	(371)	(1.288)	(480.554)
Adições	(647.009)	(16.741)	(1.682)	(379)	(1.470)	(667.281)
Baixas (b)	186.407	112	18	8	182	186.727
Saldo contábil, líquido	2.265.979	145.469	12.960	2.329	4.977	2.431.714
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	3.379.735	211.760	17.386	3.858	9.145	3.621.884
Depreciação acumulada	(1.113.756)	(66.291)	(4.426)	(1.529)	(4.168)	(1.190.170)
Saldo contábil, líquido	2.265.979	145.469	12.960	2.329	4.976	2.431.714

⁽a) O valor contábil de custo de máquinas e equipamentos inclui o montante de R\$3.312.292 referente às máquinas POS (R\$2.736.858 em 31 de dezembro de 2021), as quais apresentam vida útil de 5 anos. A depreciação acumulada das máquinas POS em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.099.601 (R\$645.187 em 31 de dezembro de 2021).

⁽b) O valor contábil líquido das baixas está impactado por R\$ 199.868 referentes a baixa de POS, sendo R\$ 386.275 de custo e R\$ 186.407 de depreciação acumulada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia revisou sua estratégia de negócios para um grupo específico de lojistas e observou que nenhum benefício econômico futuro deles é esperado, resultando na baixa de dispositivos POS alocados a esses lojistas.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
_		Amortização			Amortização	
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Intangível em operação						
Ativos intangíveis						
Gastos com software e tecnologia	2.864.564	(1.151.633)	1.712.931	1.931.000	(734.181)	1.196.819
Outros ativos intangíveis		,			,	
Direito de uso de software	220.674	(84.677)	135.997	156.322	(46.240)	110.082
Marcas e patentes	25	` _	25	25	· , , , -	25
Ágio sobre aquisições	197.375	(90.678)	106.697	197.375	(51.203)	146.172
Total	3.282.638	(1.326.988)	1.955.650	2.284.722	(831.624)	1.453.098

Movimentação do intangível:

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Ágio sobre aquisições (b)	Total
Em 1 de janeiro de 2021					
Saldo inicial	805.505	67.845	25	197.375	1.070.750
Custo	700.803	64.085	-		764.888
Adições (a)	719.579	64.085	-		783.664
Baixas	(18.776)	-	-	-	(18.776)
Amortização	(282.779)	(20.987)	-	(51.203)	(354.969)
Adições	(304.185)	(24.715)	-	(51.203)	(380.103)
Baixas	21.406	3.728	-	` <u>-</u>	25.134
Saldo contábil, líquido	1.223.529	110.943	25	146.172	1.480.669
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	1.997.964	157.658	25	197.375	2.353.022
Amortização acumulada	(774.435)	(46.715)	=	(51.203)	(872.353)
Saldo contábil, líquido	1.223.529	110.943	25	146.172	1.480.669
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	1,223,529	110.943	25	146.172	1.480.669
Custo	866.600	63.016	-	•	929.616
Adições (a)	939.732	63.290	-	-	1.003.022
Baixas (c)	(73.132)	(274)	-	-	(73.406)
Amortização	(377.198)	(37.963)	-	(39.475)	(454.636)
Adições	(406.609)	(38.218)	-	(39.475)	(484.302)
Baixas (c)	29.41 1	` 25Ś	-	` -	29.666
Saldo contábil, líquido	1.712.931	135.997	25	106.697	1.955.650
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	2.864.564	220.674	25	197.375	3.282.638
Amortização acumulada	(1.151.633)	(84.677)	_	(90.678)	(1.326.988)
Saldo contábil, líquido	1.712.931	135.997	25	106.697	1.955.650
	·				

⁽a) As adições se referem a gastos pulverizados com desenvolvimento de software, principalmente relacionados a melhora da experiência do cliente, tais como: Adquirencia, emissão, conta digital, pagamento digital, aplicativo de celular, novas plataformas estruturais de dados e digitais, entre outros. Adicionalmente, foi realizado avaliação no reconhecimento contábil dos ativos intangíveis gerados internamente e que têm como objetivo tornar essas práticas mais aderentes aos requerimentos da Resolução BCB nº7/20.

⁽b) Conforme descrito na nota 2.1, a administração realizou determinadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2021 para melhor apresentação de saldos comparativos.

⁽c) As Baixas de software foram realizados em função da não expectativa de rentabilidade futura nos anos subsequentes dos respectivos softwares principalmente relacionados a MOIP.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Depósitos e obrigações por emissões de títulos

	31 de dezembro 2022	31 de dezembro de 2021
Depósitos a prazo (a)	18.261.015	8.622.601
Outros depósitos (b)	1.213.460	549.417
Depósitos interfinanceiros (c)	460.007	404.998
Obrigações por emissão de letras financeiras (c)	1.641.145	. <u> </u>
	21.575.627	9.577.016
Curto prazo	19.585.413	7.936.025
Longo prazo	1.990.214	1.640.991

- (a) O saldo é composto: (i) pelo valor mantido pelos clientes em suas respectivas contas de pagamentos e é remunerado mensalmente no dia de aniversário do depósito por uma média de 69% do CDI (59% em 31 de dezembro de 2021) e (ii) pelos certificados de depósitos bancários que são remunerados por uma média de 117% do CDI (163% em 31 de dezembro de 2021). Do total de depósitos o montante de R\$ 2.080.779 refere-se a certificados de depósitos com taxas de juros correlacionadas ao IPCA ou pré-fixados, para esses certificados de depósito, o Conglomerado contratou instrumentos financeiros derivativos ("Swaps") com o objetivo específico de proteger o referido depósito das oscilações decorrentes da inflação e juros, trocando as taxas do IPCA e pré-fixadas pelo CDI. Em dezembro de 2022, o efeito líquido dos derivativos de swap foi no montante de R\$ 22.289.
- (b) Os depósitos são compostos substancialmente por saldos que já foram repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações web, transações feitas pelos portadores de cartões e o valor disponível nos cartões pré-pagos, de forma que o saldo está disponível para retirada e/ou uso dos clientes.
- (c) O saldo se refere a deposito interfinanceiro e captações por emissão de letras de financeiras com outras instituições financeiras do Brasil remunerado pela taxa de 111% do CDI (118% em 31 de dezembro de 2021).

A despesa com remuneração dos depósitos e obrigações por emissões de títulos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$1.692.316 (R\$264.933 para 31 de dezembro de 2021).

13. Outras obrigações - Diversas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores a repassar a estabelecimentos Obrigações com terceiros (a)	9.751.572	7.300.245
Diversas curto prazo Partes relacionadas (b)	194.084	91.093
Fornecedores	625.158	563.014
Salários e encargos	182.755	189.215
Outras contas a pagar	11.960	115.461
Total	1.013.957	958.784
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Diversas longo prazo		
Partes relacionadas (b)	124.386	-
IR e CS diferido (c)	2.074.326	1.655.743
Contingências (d)	402.469	380.300
Outras contas a pagar	44.547	<u>-</u>
Total	2.645.728	2.036.043

⁽a) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados. De forma geral, o prazo médio de liquidação do Conglomerado com os estabelecimentos comerciais é de até 14 dias.

- (b) As operações com partes relacionadas estão detalhadas na nota 15.
- (c) As operações de IR e CS diferido estão detalhadas na nota 17.
- (d) As operações de contingências estão detalhadas na nota 18.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos

Em novembro de 2021, o Grupo contratou um empréstimo de US\$ 180 milhões, equivalente a R\$1.012.086 na data da sua contratação, com vencimento em um ano a partir da data de assinatura, sendo o pagamento em parcela única conforme a data de vencimento. Os juros de empréstimos foram pagos no vencimento do financiamento, juntamente com a liquidação total do instrumento financeiro, para o mesmo financiamento, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("Swaps"), com o objetivo específico de proteger o referido empréstimo de flutuações decorrentes da variação cambial. Em novembro de 2022, foi liquidado no valor total de R\$ 1.143.026 considerando principal, juros, impostos e a liquidação total dos instrumentos financeiros.

Em fevereiro de 2022, o Grupo afirmou um contrato de empréstimo de R\$ 250 milhões com vencimento em três meses a partir da data de assinatura, a taxa de juros era de 112% do CDI e o pagamento seria em parcela única na data de vencimento. Em maio de 2022, o contrato de empréstimo foi renovado com novo vencimento por mais três meses e foi liquidado em agosto de 2022 no valor principal de R\$ 250 milhões e os juros de R\$ 7.015 foram pagos em maio e R\$ 8.322 em agosto.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Adições	1.012.086
Juros	8.018
Instrumentos derivativos	(14.317)
Em 31 de dezembro de 2021	1.005.787
Adições	250.000
Juros	175.338
Pagamento	(1.270.075)
Instrumentos derivativos	(161.050)
Em 31 de dezembro de 2022	





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes Relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

	31 de dezembro de 2022		31 de dezer	nbro de 2021
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladora		_		
Universo Online S.A. (a)	-	10.809	-	19.866
PagSeguro Digital Ltda. (b)	-	124.386	3.003	-
Controladas e Afiliadas				
UOL Diveo Tecnologia S/A (c)	-	234	-	7.734
PagSeguro Tecnologia Ltda (d)	-	27.241	2.683	6.212
Net+Phone Telecomunicações Ltda (e)	185	119.800	1.134	41.124
Tilix Digital Ltda	68	730	79	1.571
Concil (f)	-	4.067	-	-
Compasso Informática S.A. (c)	-	12.624	-	12.853
Invillia Desenvolvimento (g)	-	12.197		
Outros	400	6.383	810	1.733
	653	318.471	7.709	91.093

- (a) Compra de serviços de publicidade, suporte técnico em informática e por repasse de despesas, principalmente relacionadas a despesas de pessoal.
- (b) Saldo passivo composto por despesas relacionadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP).
- (c) Compra de serviços e hospedagem (cloud).
- (d) Saldo passivo refere-se prestação de serviços de desenvolvimento de manutenção de software relacionado a conciliação e intermediação no comércio de produtos e serviços e por repasse de despesas, principalmente relacionadas a despesas de pessoal.
- (e) O saldo passivo é relacionado ao subsídio efetuado pelo PagSeguro em relação as operações de atendimento.
- (f) Saldo é substancialmente referente a adiantamento para futuro aumento de capital.
- (g) Refere-se a serviço de desenvolvimento de software.

	31 de dezembro de 2022		31 de dezem	bro de 2021
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Controladora		_		
Universo Online S.A. (a)	3.115	200.777	1.584	85.886
Controladas e Afiliadas				
UOL Diveo Tecnologia S/A (b)	-	2.196	-	1.642
PagSeguro Tecnologia Ltda (c)	53.807	46.442	43.585	10.104
Net+Phone Telecomunicações Ltda (d)	-	609.498	-	196.885
R2Tech Informática Ltda (e)	-	-	3.081	14.122
Tilix Digital Ltda	-	•	638	47
Compasso Informática S.A. (b)	-	136.726	-	41.247
Outros	8.972	19.209	4.941	12.236
	65.894	1.014.847	53.829	362.170

⁽a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados sobretudo a folha de pagamento de funcionários e, em relação a receita, se refere aos fees cobrados na intermediação.

⁽b) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem (cloud).

⁽c) As receitas referem-se a intermediação de serviços, a PagSeguro Tecnologia atua como facilitador internacional de pagamentos. As despesas referem-se subtancialmente a provisão de aluguel de software para conciliação bancária.

⁽d) As despesas referem-se substancialmente ao subsídio da operação de atendimento da Net+Phone.

⁽e) As receitas são referentes a soluções de gateway e captura de cartões de crédito. As despesas são referentes serviços de processamento e assessoria.



Reversão

31 de dezembro de 2021



Conglomerado Prudencial PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores do Conglomerado. A remuneração paga aos diretores do Conglomerado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$21.226 (R\$41.198 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

16. Fiscais e previdenciárias

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos retidos sobre serviços (PIS, COFINS, IR, ISS, INSS) (i)	75.875	21.670
Imposto de renda e contribuição social - corrente	44.340	96.806
Contribuições previdenciárias	35.550	28.438
Outros	1.337	1.447
Total	157.102	148.361

⁽i) A variação de impostos retidos refere-se substancialmente as operações com instrumentos financeiros.

17. Imposto de renda corrente e diferido

Ativo:				
Impostos com exigibilidade suspensa	84.127	4.803	-	88.930
Prejuízo fiscal	13.191	5.463	(13.184)	5.470
Outras adições temporárias ativas	112.524	160.844	(41.089)	232.279
	209.842	171.110	(54.273)	326.679
Passivo	-	· -	, i	
Inovação tecnológica (i)	(266.949)	(230.485)	75.887	(421.547)
FIDC IN 1.585/2015 (ii)	(1.006.203)	(778.452)	680.168	,
Outras adições temporárias passivas	(37.980)	(5.418)	(86.311)	'
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	(1.311.132)	(1.014.355)	669.744	
	31 de dezembro de 2021	Constituição	Reversão	31 de dezembro de 2022
	OT de dezembro de 2021	Constituição	REVERSE	OT de dezembro de zozz
Impostos com exigibilidade suspensa	88.930	5.554	-	94.484
Prejuízo Fiscal	5.419	-	(5.463)	(44)
Outras adições temporárias ativas	232.330	320.522	(57.789)	495.063
	326.679	326.076	(63.252)	589.503
Passivo:				
Inovação tecnológica (i)	(421.547)	(312.262)	141.645	(592.165)
FIDC IN 1.585/2015 (ii)	(1.104.487)	(677.391)	521.790	(1.260.087)
Outras adições temporárias Passivas	(129.709)	(38.329)	(54.036)	(222.074)
	(1.655.743)	(1.027.982)	609.399	(2.074.326)

31 de dezembro de 2020 Constituição





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se ao benefício obtido da lei de tecnologia da informação (lei do bem), o qual reduz o valor devido de imposto de renda e contribuição social na proporção dos investimentos do Conglomerado em intangíveis, capitalizados quando relacionados à inovação tecnológica.
- (ii) O imposto de renda sobre o FIDC é constituído de forma diferida e somente pago quando do momento da amortização das cotas.

17. Imposto de renda corrente e diferido--Continuação

A realização estimada dos impostos de renda diferidos ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2022		
	Ativo	Passivo	
2023	85.255	(1.478.863)	
2024	14.146	(226.562)	
2025	351.159	(118.433)	
2026	9.024	(131.138)	
2027	129.919	(119.332)	
	589.503	(2.074.328)	

A estimativa de valor presente do imposto de renda diferido ativo é de R\$515.860, calculados considerando as taxas médias de mercado.

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social Participações no Lucro	1.816.339 (182.038)	1.729.534 (224.206)
Juros sobre capital Próprio	(102.000)	17.575
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado	1.634.301	1.522.903
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(555.662)	(517.787)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes: Brindes	(19)	363
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica	249.180	182.545
Equivalência Patrimonial	(2.563)	15.410
Resultado não tributável (i)	119.540	-
Outras adições (exclusões)	(11.203)	(2.191)
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do semestre	(200.098)	(321.660)
Provisão para Imposto de Renda Provisão para Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	(30.634) (13.706) (155.758)	(60.878) (35.927) (224.855)
Alíquota efetiva	12%	18%

⁽i) Algumas entidades e fundos de Investimentos adotam diferentes regimes de impostos de acordo com jurisdições e regras aplicáveis a cada um deles.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Contingências

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contingências tributárias:		
Imposto sobre serviços - ISS (i)	163.005	164.099
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	172.860	158.286
Programa de integração social - PIS (ii)	28.090	25.721
Contingências cíveis	34.859	30.644
Contingências trabalhistas	3.655	1.550
	402.469	380.300

- (i) Imposto sobre servicos decorrente substancialmente das receitas de operações de intermediação financeira.
- (ii) O montante registrado nessa rubrica refere-se substancialmente aos valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras sobre antecipações de recebíveis.

O Conglomerado obteve uma decisão judicial na qual recolhia por meio de depósito judicial, até o julgamento do mérito os itens "i" e "ii", conforme descrito na nota 8.

A movimentação de contingências para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2022 estão demonstrados no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Atualizações	31 de dezembro de 2021
Cível	20.142	18.515	(10.307)	2.294	30.644
Trabalhista	673	236	(197)	838	1.550
Tributário (i)	326.396	1.401	-	20.309	348.106
	347.211	20.152	(10.504)	23.441	380.300

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Atualizações	31 de dezembro de 2022
Cível	30.644	21.113	(19.752)	2.854	34.859
Trabalhista	1.550	1.677	(763)	1.191	3.655
Tributário (i)	348.106	-	(4.998)	20.847	363.955
	380.300	22.790	(25.513)	24.892	402.469

⁽i) Referem-se a discussões sobre a elegibilidade de alguns tributos, os quais estão sendo depositados em juízo, como demonstrado na nota 8.

O Conglomerado é parte em ações tributárias e cíveis envolvendo riscos classificados pela administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Tais ações totalizam R\$464.450 (R\$366.474 em 31 de dezembro de 2021).

Em 15 de outubro de 2021, o PagSeguro Internet foi autuado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por não recolhimento de IOF sobre operações financeiras ("IOF") sobre empréstimos entre empresas do grupo. O IOF incide sobre operações de crédito de qualquer natureza, inclusive empréstimos *intercompany*, O valor desta autuação foi de R\$266.957 (R\$239.812 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou sua defesa, esclarecendo que as operações realizadas entre o PagSeguro e suas controladas não são operações de crédito. O Grupo possui um caixa centralizado e, de acordo com a lei, esse tipo de operação não é tributável pelo IOF.

Adicionalmente o PagSeguro possui um processo trabalhista no valor de R\$ 115.238 (R\$59.842 em 31 de dezembro de 2021).





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$4.676.968 (R\$4.676.969 em 31 de dezembro de 2021), representado por 1.662.133.845 ações ordinárias, sem valor nominal.

Participação de não controladores

Em 31 de dezembro de 2022, há a participação de não controladores no patrimônio líquido do Conglomerado de R\$1.437.664 (R\$1.144.957 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$729.047 (R\$512.663 em 31 de dezembro de 2021) referente ao BancoSeguro e R\$708.617 (R\$632.294 em 31 de dezembro de 2021) referente à 15% da participação do FIDC pertencente ao PagSeguro Digital. Ao longo de 2022 foram realizados resgates de cotas minoritárias do FIDC no valor total de R\$275.264. Em 4 de julho de 2022, foi aprovado pelo BACEN um aumento de capital social do BancoSeguro no valor de R\$200.000, por meio da emissão de 159.489 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1.254 por ação.

Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração do Conglomerado propôs a constituição de reserva legal de R\$52.507 (R\$55.509 em 31 de dezembro de 2021) referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

A Administração do Conglomerado propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$705.072 (R\$666.636 em 31 de dezembro de 2021), referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Por meio de reuniões da Diretoria realizadas em 17 de novembro de 2021, 27 de dezembro de 2021 e 28 de dezembro de 2021, os diretores da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intercalares de R\$388.032.

Por meio de reuniões da Diretoria realizadas em 7 de janeiro de 2022, 15 de junho de 2022 e 12 de julho de 2022, os diretores da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos intercalares de R\$292.542.

Por meio de reuniões da Diretoria realizadas em 20 de junho de 2022, os diretores do BancoSeguro aprovaram a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$16.092.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio Líquido--Continuação

Ajustes de avaliação patrimonial

O Conglomerado reconhece nesta rubrica o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros no valor negativo de R\$93 (R\$4 em 31 de dezembro de 2021.

20. Resultado de operações com instrumentos financeiros

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Rendas de operações de crédito	481.861	316.458
Letras financeiras do tesouro	148.532	55.418
Aplicações financeiras	37.374	12.430
Outras receitas de juros	18.479	5.423
Total	686.246	389.729

21. Receitas de prestação de serviços

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita de intermediação	9.092.057	6.316.331
Receita com pré-pagamento	6.827.820	4.076.026
Outras receitas	111.541	81.464
Cancelamentos	(56.282)	(56.245)
Total	15.975.136	10.417.576

22. Despesas administrativas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Depreciação e amortização	1.115.605	781.171
Marketing e publicidade	764.891	794.763
Despesas com software	557.204	441.280
Honorários e consultorias	79.440	92.544
Outras	160.063	98.564
	2.677.203	2.208.322

23. Despesas operacionais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo da transação	5.435.504	3.941.587
Antecipação de recebíveis (i)	1.375.538	641.903
Subsídio	564.847	420.606
Chargebacks (ii)	355.726	377.104
Outras (iii)	314.979	88.743
	8.046.594	5.469.942

i) A variação da antecipação de recebíveis está relacionada ao aumento da taxa de juros e aumento do volume antecipado.

⁽ii) Em 2021, o chargeback teve uso indevido de funcionalidade do sistema implantada no passado, permitindo transações indevidas de clientes de contas digitais e estornos inesperados de perdas em contas digitais para grupos específicos de clientes com maior risco de crédito para um novo produto (impacto de R\$73.356). Para todos esses fatos, a causa raiz correspondente foi identificada e devidamente tratada pela administração.

⁽iii) O aumento está ligado as baixas de POS ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$199.868, conforme detalhado na nota 9.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas tributárias

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
COFINS	1.057.387	591.896
PIS	210.467	124.076
ISS	90.550	76.195
Outros	17.072	16.525
	1.375.476	808.691

25. Despesas com pessoal

	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Salários e proventos (i)	124.818	282.485
Encargos sociais	159.828	129.541
Beneficios	96.663	75.072
	381.309	487.099

⁽i) A variação refere-se substancialmente ao PILP.

26. Gerenciamento de risco

As atividades do Conglomerado o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude (*chargeback*), risco de crédito, risco de liquidez e risco de lavagem de dinheiro. O programa de gestão de risco do Conglomerado concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Conglomerado. Que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do Conglomerado, destacam-se:

i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações à vista ou futuras são mantidas em moeda diferente da moeda funcional do Conglomerado. Uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira irrelevante no contexto do Conglomerado, não há risco a ser considerado.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Risco operacional

O Conglomerado define e trata o gerenciamento do Risco Operacional em decorrência da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: (i) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e (ii) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013.

26. Gerenciamento de risco--Continuação

As atribuições relacionadas a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do Conglomerado, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao Corpo Diretivo.

iii) Riscos de fraude ("chargebacks")

O Conglomerado utiliza dois processos para controlar o risco de fraude. O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de *chargebacks* e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

iv) Riscos de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, seja pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras definidas nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados ao não cumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

No Conglomerado, o risco de crédito se resume à possibilidade de inadimplência:

- os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao Conglomerado as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou
- os subadquirentes, que são utilizados pelo Conglomerado para aprovar transações com os emissores.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para a mitigação deste risco, o Conglomerado instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo Conglomerado e assim classificá-los em três grupos:

- Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;
- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basiléia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais.

26. Gerenciamento de risco--Continuação

Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular 3.681/13 do BACEN.

v) Risco de mercado

O risco de mercado representa uma estimativa de perda de uma carteira de instrumentos financeiros devida à variação de preços, taxas de juros, taxas de câmbio ou cotações de mercado. Em uma carteira bancária, esse risco se manifesta sobre a intermediação financeira, refletindo o resultado das mudanças de mercado sobre as captações da instituição, de forma conjunta aos valores concedidos na carteira de crédito.

Atualmente o Conglomerado possui somente instrumentos classificados na carteira Banking, tendo como foco o desenvolvimento e oferecimento de produtos de captação e de investimento em renda fixa, tais como CDB (Certificado de Depósito Bancário) e títulos públicos federais, mantendo uma estratégia conservadora em seu portfólio que lhe permite maior controle à exposição ao risco de mercado. A fim de controlar essa exposição, são estimadas métricas como o Value at Risk (VaR), o Economic Value of Equity (EVE) e o Net Interest Income (NII), periodicamente.

Do ponto de vista dos informes legais previstos para atender às determinações do Bacen, mensalmente a Companhia reporta as posições do BancoSeguro relacionadas ao risco de mercado por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM), e o risco da carteira Banking (Rban), por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

vi) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Companhia não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Conglomerado gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima.

26. Gerenciamento de risco--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, o Conglomerado mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$1.225.726 (R\$955.892 em 31 de dezembro de 2021).

A exposição de taxa de juros do Conglomerado se refere aos depósitos de seus clientes, os quais são todos atrelados a CDI e os empréstimos. O Conglomerado conduziu uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros a que os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2022. Para esta análise, adotou como cenário provável para os juros futuros de 12,40% para o CDI. Como resultado, a receita financeira (com relação aos investimentos financeiros) e despesas financeiras (com relação ao certificado de depósito, títulos corporativos e empréstimos) seriam impactadas da seguinte forma:

Transação	Taxa de Juros	Valor	Cenário com CDI de 31 de dezembro de 2022 em 13,65%	Cenário provável com redução do CDI para 12,40%
Caixa e Equivalentes	99% do CDI	1.225.726	165.638	150.470
Investimentos Financeiros	100% do CDI	1.988.573	271.440	246.583
Certificados de Depósitos	117% do CDI	12.891.188	(2.058.787)	(1.870.254)
Conta Digital	69% do CDI	7.470.978	(703.654)	` (639.217)́
Total		- -	(2.325.363)	(2.112.418)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Conglomerado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Sem vencimento	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 120 dias	A vencer de 121 a 180 dias	A vencer de 181 a 360 dias	A vencer a mais de 360 dias
Em 31 de dezembro de 2022 Obrigações com terceiros Depósitos e obrigações Partes relacionadas	- 8.667.469 -	5.852.964 1.682.209 -	1.295.723 3.253.826 194.084	393.968 1.945.917	2.208.916 4.035.992	- 1.990.214 -
Em 31 de dezembro de 2021 Obrigações com terceiros Depósitos e obrigações Partes relacionadas Empréstimos	954.415 - -	4.498.977 8.622.601 -	1.770.271 - 91.093	504.444 - - -	526.553 - - 1.114.211	:





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de risco--Continuação

vii) Prevenção à lavagem de dinheiro

O Conglomerado possui como instrumentos de controle, políticas e procedimentos de monitoramento das operações de clientes, fornecedores e parceiros, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem de dinheiro" oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins.

A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à "lavagem de dinheiro" e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais.

viii) Risco cibernético

Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo gerar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que:

- Produzem efeitos adversos ou ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem;
- Infringem políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

Considerando que o Conglomerado atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados, o grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes afim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Circular 3.909/18.

A MOIP esteve envolvida em um ataque cibernético entre 25 de setembro e 29 de setembro de 2021 (o "Incidente"). Os hackers exigiram que fizéssemos um pagamento especificado para evitar a divulgação pública ou venda dos dados hackeados que foram comprometidos no Incidente, que incluía informações de perfil pessoal de clientes. A Adminstração da MOIP seguiu prontamente os requisitos da legislação brasileira aplicável, incluindo o arquivamento de um relatório formal à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e ao Banco Central do Brasil em 1º de outubro de 2021.

Após a conclusão da avaliação, sem impactos financeiros, a MOIP comunicou à ANPD em 5 de janeiro de 2022 por meio de formulário complementar ao inicialmente informado em outubro.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de risco—Continuação

Durante nossa análise do Incidente, a MOIP não identificou evidências de acesso não autorizado a informações confidenciais, como senhas ou detalhes de cartão de crédito. A MOIP confirma que o Incidente não teve impacto financeiro adverso relevante na empresa ou em seus clientes, e os sistemas de TI da MOIP estão operando normalmente, com medidas de segurança reforçadas em resposta ao Incidente.

ix) COVID - 19

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve aumento no número de pessoas infectadas pela COVID-19 principamentene no primeiro trimestre e consequentemente a volta das paralisações parciais e isolamento social em diversas cidades e estados do país. No segundo trimestre de 2021, a maioria das cidades do Brasil acelerararm a vacinação da população e, consequentemente, o Conglomerado viu um processo de reabertura gradativo, com ampliação do horário de funcionamento das atividades comerciais. No terceiro trimestre de 2021 houve o retorno dos eventos sociais com público. No final do quarto trimestre, o Brasil começou a ver um aumento nos contágios principalmente relacionados à Omicron.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Brasil observou uma diminuição no número de pessoas infectadas e no total de mortes por COVID-19 e os eventos sociais e atividades comerciais basicamente voltaram a um nível semelhante ao cenário antes da pandemia.

O Conglomerado possui uma estrutura significativa de custos variáveis relacionados principalmente ao TPV, como processamento, intercâmbio, taxas de cartões e chargebacks. As despesas de marketing e vendas também são variáveis e dependem de nossa estratégia de alavancar novos produtos e serviços. Também seguimos acompanhando a evolução da economia brasileira e reavaliando, quando necessário, as provisões para perdas de crédito esperadas.

O Conglomerado possui uma posição sólida em termos de níveis de caixa, liquidez e capital de giro e no exercicio findo em 31 de dezembro de 2022 não enfrentou impairment de ativos devido ao COVID-19.

x) Ucrania x Russia

A instabilidade geopolítica decorrente de conflitos, como a guerra em curso na Ucrânia, e a consequente imposição de sanções, impostos ou tarifas contra a Rússia e a resposta da Rússia a tais sanções (incluindo atos de retaliação, como ataques cibernéticos e sanções contra outros países) podem afetar a economia global ou mercados internacionais, regionais e domésticos específicos, incluindo o mercado brasileiro.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de risco—Continuação

Tais eventos podem ter um efeito adverso em nossos negócios e desempenho financeiro por meio do aumento da inflação mundial, maiores custos de conformidade, maior volatilidade nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras e nas cotações internacionais de *commodities*, cadeias de suprimentos desestabilizadas implicando elevação dos preços de fretes ou esgotamento de matérias-primas ou componentes eletrônicos, e outras interrupções no mercado, inclusive de ataques cibernéticos direcionados a tecnologias nas quais confiamos ou aos mercados em que nós ou nossos clientes operamos.

Até o momento a Companhia não viu nenhum impacto significativo em suas operações em decorrência do conflito para além dos esperados e já incorporados efeitos indiretos decorrentes da alta da inflação global de insumos e do aumento de taxas de juros pelos principais bancos centrais no mundo.

xi) Conformidade:

O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDFT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Companhia, em atendimento as normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20.

27. Instrumentos derivativos designados como hedge accounting

O Grupo negocia instrumentos financeiros derivativos (SWAPs) para administrar suas exposições globais (índice de inflação e taxa de juros).

i) Hedge de valor justo

No exercicio findo em dezembro de 2022, o Grupo emitiu certificados de depósitos com vencimento em um ano a partir da data de execução e taxas de juros correlacionadas ao IPCA e taxas de juros prefixadas. Para esses certificados de depósito, a Companhia contratou swaps com o objetivo específico de proteger os referidos depósitos das oscilações decorrentes da inflação e taxas de juros, trocando-os por CDI. Todo o valor é coberto e as mesmas datas de vencimento são aplicadas. Segue abaixo a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, valor do passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado no resultado:





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos derivativos designados como hedge accounting—Continuação

	NOLIOHAI	rassivo a vaioi		
	Passivo	justo	MTM (a)
CDB IPCA	708.454	710.475	2	2.021
CDB Pré fixado	1.368.325	1.370.304	1	.980
Total	2.076.779	2.080.779	4	1.001
	Notional		МТМ	Posulted

	Notional		MTM	Resultado ((a)-
	SWAP	SWAP	total (b)	(b))
CDB IPCA	(728.142)	(733.026)	(2.109)	(88)
CDB Pré fixado	(1.374.472)	(1.378.916)	(2.149)	(169)
Total	(2.102.614)	(2.111.942)	(4.258)	(257)

A estrutura de limites de risco é estendida ao nível do fator de risco, onde limites específicos visam aprimorar os processos de monitoramento e entendimento, bem como evitar a concentração desses riscos. Adicionalmente, como os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo CDI, a estratégia do Grupo é alterar quaisquer outros fatores de risco para o CDI. O Grupo efetua a gestão do risco através da relação econômica entre os instrumentos de cobertura e o objeto coberto, em que se espera que estes instrumentos se desloquem em sentidos contrários, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco. A Companhia, em cada data de reporte, faz o teste de efetividade da conta de hedge e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esse teste foi efetivo.

28. Gestão de capital

A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, a companhia mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo.

O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O Conglomerado mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio.

29. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Valor justo--Continuação

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivado de preços).
- Nível 3 Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seja, considerações não observáveis).

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do Conglomerado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31 de dezen	nbro de 2022	31 de dezembro de 2021		
	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	
Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa Instrumentos financeiros	1,502,803	1.225.727 485.770	1,221,236	955.892 8.149	
Relações interfinanceiras Operações de crédito Outros créditos	-	35.060.205 1.073.380 2.153.430	-	22.032.430 916.990 1.879.957	
Outros valores e bens Investimentos	- - -	103.079 47.911	- -	124.402 193.807	
Passivos financeiros Depósitos e obrigações Derivativos Empréstimos	- -	21.575.626 22.289	- - -	9.172.019 - 1.005.787	
Outras obrigações Resultados de exercícios futuros	-	13.568.359 142.795	-	10.443.432 178.192	

O Conglomerado acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas ao baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que o Conglomerado tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos do governo com preço cotado em mercado ativo e reconhecido no balanço patrimonial baseado nos respectivos valores justos.





Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Valor justo--Continuação

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com comerciantes que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os comerciantes e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e também estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.